

Carlos Eduardo Torres Freire

Universidade de São Paulo
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
(USP e CEBRAP, Brasil)
catorresfreire@gmail.com

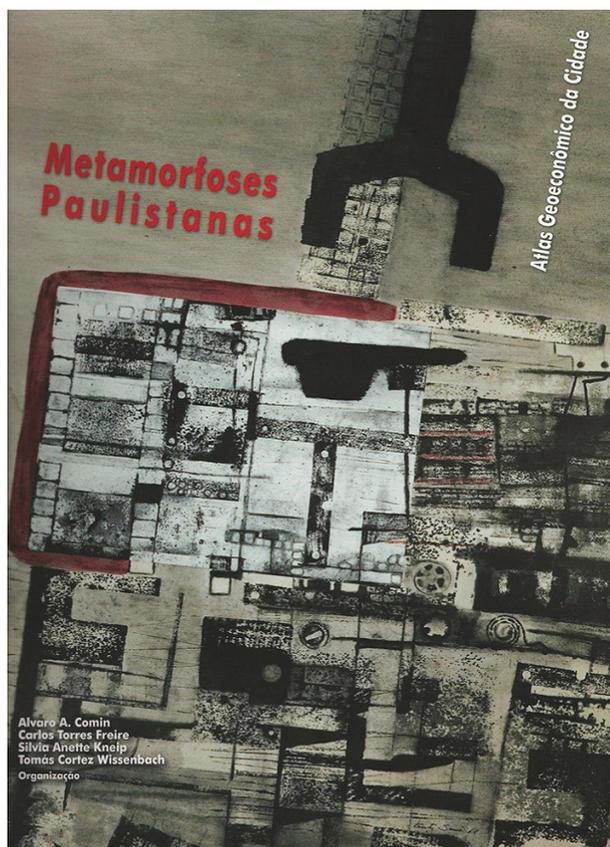
Flávia Luciane Consoni

Universidade Estadual de Campinas
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
(UNICAMP e CEBRAP, Brasil)
flavia.consoni@gmail.com

**METAMORFOSES PAULISTANAS:
ATLAS GEOECONÔMICO DA CIDADE**

**SÃO PAULO METAMORPHOSES:
GEO-ECONOMIC ATLAS OF THE CITY**

*COMIN, Álvaro; FREIRE, Carlos Eduardo Torres;
KNEIP, Sílvia Anette; WISSENBACH, Tomás Cortez
(Orgs.). São Paulo: SMDU, Cebrap, Editora Unesp,
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, 368p.
ISBN 9788539301409.*



Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
29.075-910, Vitória-ES
gestaoeconexoes@gmail.com
gestaoeconexoes@ccje.ufes.br
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em Administração
(PPGADM/CCJE/UFES)

Divulgação de Lançamento

Recebido em: 17/11/2012
Aceito em: 01/12/2012
Publicado em: 15/04/2013

Palavras-Chave: São Paulo; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento sustentável; Mobilidade social; Geografia; Gestão e planejamento

Keywords: São Paulo; Economic development, Sustainable development, Social mobility; Geography, Management and planning

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo (SP), além de outras coisas, é um belo caso de pesquisa. Primeiramente porque nossa tradição de estudos urbanos é jovem, assim como nossa vida urbana. O clássico *São Paulo: crescimento e pobreza*, por exemplo, fundador em muitos sentidos, é recente: de 1975.¹ Em segundo lugar porque, de lá pra cá, o mundo, o Brasil e São Paulo mudaram bastante. Se, por um lado, caminhamos bem no entendimento de temas como pobreza urbana e desigualdades sociais (vide os trabalhos do Centro de Estudos da Metrópole – Cebrap), por outro, parece que ainda patinamos em compreender algumas das mudanças relacionadas ao desenvolvimento econômico da cidade.

Nos anos 1990, na onda dos estudos sobre cidades globais, muitos leram os renomados estudos elaborados por Saskia Sassen e, sem as devidas mediações, acabaram por dizer que a cidade de São Paulo passaria por uma desindustrialização, transformando-se em uma metrópole de serviços. Outros diziam que não: a capital paulista continuava industrial e os serviços vinham a reboque de uma terceirização robusta para redução de custos das empresas. Bem, nem lá e nem cá. Achados de pesquisas recentes, como esta realizada pelo Cebrap em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo e que deu origem ao livro *Metamorfoses paulistanas: atlas geoeconômico da cidade*, mostram que vale a pena ponderar. É preciso sair da falsa oposição entre indústria e serviços em São Paulo para entender o que aconteceu (e o que pode acontecer) com o desenvolvimento econômico da cidade.

Metamorfoses paulistanas traz uma análise que contempla de forma coordenada transformações econômicas e territoriais do município de São Paulo. É, portanto, uma análise com foco na cidade de São Paulo, porém seus achados, conforme fica claro ao longo deste livro, extrapolam esta delimitação territorial. A cidade é tanto influenciada pela dinâmica das suas regiões fronteiriças, quanto estas regiões ajudam a determinar a trajetória e as características da dinâmica econômica da capital paulista.

O desafio inicial desta pesquisa era, em contexto de crescimento, ir além do puro diagnóstico de São Paulo e pensar o futuro da cidade, contemplando desenvolvimento econômico de longo prazo, competitividade (base em conhecimento, tecnologia,

¹ Este clássico, que reuniu coletânea de artigos coordenados por Lúcio Kowarick, sociólogo, cientista político e, então, pesquisador do Cebrap, trazia uma reflexão sobre os rumos da cidade de São Paulo. Em suas análises, o crescimento da cidade ocorria em paralelo ao aumento dos problemas atrelados à pobreza que ganhava vulto nas periferias da cidade, em detrimento de maior assistência por parte do Estado.

inovação, qualificação da mão de obra e produção de mais alto valor agregado) e reconfiguração urbana.

Para isso, os autores produziram um conjunto de informações em uma combinação de métodos quantitativos que contou com o acesso a uma diversidade de fontes de dados secundários: Relação Anual de Informações Sociais (Rais); Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep); Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD); Pesquisa Industrial Anual (PIA); Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre outros, assim como análises mais qualitativas coletadas a partir de entrevistas com atores-chave ligados ao desenvolvimento da cidade. A interpretação destas informações teve o suporte de técnicas de georreferenciamento, bastante recomendadas em estudos econômico-territoriais.

O ponto de partida deste estudo considerou que a reestruturação produtiva desde os anos 1980, as reformas macroeconômicas (no Brasil na década de 1990), a internacionalização da economia e o atual ciclo de crescimento (pós-2003) sugerem a necessidade de um novo olhar para o desenvolvimento econômico da cidade – e mais particularmente para a sua estrutura produtiva.

Por tudo isso era necessário ir além de análises apoiadas nos grandes setores da economia (agricultura, indústria, comércio e serviços) – necessárias em alguns casos, mas não suficientes. Isso porque são as atividades mais intensivas em conhecimento e tecnologia aquelas que conformam o núcleo da reestruturação produtiva – daí surgem debates sobre economia do conhecimento, sociedade da informação, metrópoles de serviços, *knowledge-intensive business services* (KIBS), *knowledge-intensive service activities* (KISA) e afins. E tais debates vêm colados ao fortalecimento da ideia de que processos de criação e difusão de conhecimento, de mudança tecnológica e de inovação são determinantes para a competitividade (de empresas, cidades, regiões e países) e para o crescimento de longo prazo.

A partir disso, considerou-se que uma das chaves para se pensar a competitividade é olhar o que a cidade produz em termos de bens e serviços, em quais atividades sua população trabalha, qual a qualificação desta população e como a riqueza é gerada e reproduzida.

Como orientação, a saída analítica então desenvolvida consistiu em pensar atividades econômicas, comparando aquelas mais intensivas em tecnologia e conhecimento com as ditas menos intensivas, tantos industriais como de serviços. Entre as primeiras estão: microeletrônica; automação industrial; fabricação de equipamentos

ópticos; equipamentos de informática; equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e fármacos; desenvolvimento de *software* e consultoria em sistemas; telecomunicações; engenharia; publicidade; atividades de pesquisa e desenvolvimento; atividades financeiras; e as atividades de mídia, de educação e de saúde.

Definida a agregação setorial, alguns resultados mostram a importância de tais atividades para o desenvolvimento do município de São Paulo. Elas são extremamente geradoras de valor: apesar da baixa participação em termos de estabelecimentos (10%), respondem por 41% da massa salarial da cidade e por 43% do valor adicionado; empregam 26% da força de trabalho formal paulistana e são responsáveis por 53% dos empregados com nível superior no município.

Em termos de riqueza para os trabalhadores, estão nessas atividades as rendas mais altas para o conjunto da força de trabalho: tanto para a mais escolarizada quanto para aquela com menor nível de escolaridade. Isto é, não se trata de atividades elitistas e benéficas somente para os altos estratos da mão de obra, mas também para os mais baixos. E isso se completa com o achado de que quem trabalha em empresas dos segmentos mais intensivos em tecnologia e em conhecimento tem maior probabilidade de ganhar melhores salários.

Para não se furtar ao debate ainda existente, além da agregação setorial segundo intensidade de tecnologia e conhecimento, o trabalho avança com uma análise que contempla indústria e serviços separadamente. As perguntas que os autores se propõem a responder são: que indústria é essa que ficou em São Paulo? E que serviços são esses?

Os vários dados e abordagens apresentados ao longo do texto demonstram que a indústria paulistana ainda é bastante forte, embora consideravelmente distinta daquela de cerca de 30 anos atrás. Por um lado, a manufatura ainda representa 24% do valor adicionado do município e, apesar de mais baixa utilização de mão de obra na comparação com a indústria do passado, sua participação de 16% no total do emprego da cidade de São Paulo é bastante relevante (descontada aqui a administração pública). Por outro lado, a indústria paulistana apresenta novas características: a utilização de espaços menores; o crescente recurso à subcontratação de serviços (de baixa ou de alta complexidade); e a manutenção na cidade de sedes e de centros de P&D, de empresas sediadas ou não na cidade, ou mesmo quando as plantas se mudam para outras regiões, especialmente no entorno de São Paulo. Movimentos como estes ocorreram fortemente e alimentaram a tese da macrometrópole paulista.

Além disso, as análises mostram que mesmo setores tradicionais, como têxtil-vestuário, se requalificaram, valorizando partes de maior valor agregado na cadeia, como

o *design* e a moda. É interessante perceber como uma indústria tradicional como esta, mesmo com a competição de China e o deslocamento de plantas para o Nordeste brasileiro, continua forte na cidade paulista.

As transformações no campo dos serviços não foram menos marcantes na trajetória vivenciada por São Paulo: atividades se renovaram e outras surgiram. Por um lado, houve, de fato, um impulso com a terceirização em setores de apoio e suporte à atividade central da indústria, tais como segurança, alimentação, limpeza e partes da informática e da contabilidade. Por outro lado, novas atividades foram criadas, gerando uma complexa teia de subcontratações, como é o caso de certos nichos das telecomunicações, da tecnologia da informação, do financeiro e de consultorias especializadas (gestão, engenharia, jurídicas e publicidade).

É nesse jogo de especialização do conhecimento, de processos mais complexos e de criação de necessidades que o setor de serviços – em particular aqueles mais intensivos em conhecimento – adquiriu dinâmica própria nos últimos 20 anos. A indústria, por exemplo, não deixou de fazer parte da sua lista de clientes, mas se tornou um cliente entre outros bem importantes, como o setor financeiro, governos e o próprio setor de serviços. Nesse contexto, se fortalecem e ganham densidade e centralidade na cidade paulista setores como o financeiro (bancos, corretoras e serviços relacionados), consultorias diversas (direito e gestão), a tecnologia da informação e, ainda, atividades de mídia ou da chamada economia criativa, como cinema, rádio, TV, jornalismo, publicidade, *games* e cultura.

E, para complicar um pouco mais, o trabalho mostra que a cidade abarca atividades que realmente borram as fronteiras entre serviços e indústria. O setor de biotecnologia, por exemplo, é um desafio para quem estuda o desenvolvimento econômico de São Paulo. Baseada em instituições de ensino e pesquisa de excelência (como USP, Unifesp, Butantan) e em hospitais públicos e privados de ponta (como Clínicas, São Paulo, Oswaldo Cruz, Sírio Libanês, Albert Einstein), que se combinam a pequenas empresas em incubadoras e gigantes multinacionais, a biotecnologia paulistana (ou paulista, já que está enredada em todo do Estado de São Paulo) apresenta potencial para crescimento com competitividade.

Somam-se às transformações na estrutura produtiva dois trunfos do desenvolvimento paulistano. Um deles é a elevação continuada da escolaridade da população do município – fator relevante para uma redução das desigualdades de renda no médio prazo. Os estratos de baixa escolaridade, ou seja, que não completaram sequer o ensino fundamental, declinaram de 2,3 milhões de pessoas, em 1997, para 1,5 milhão,

em 2007 (queda de 35% em 11 anos). Já o contingente de trabalhadores com nível médio completo se expandiu, passando de cerca de 1 milhão, em 1997, para 2,3 milhões, em 2007 (acréscimo superior a 100%). Por fim, o número de indivíduos com nível superior de escolaridade, em 2007, ultrapassou 1 milhão, isto é, cerca de 18% da PEA (População Economicamente Ativa, com aumento de aproximadamente 30% em relação a 1997). Mantidas estas tendências e números, um cenário provável para a próxima década aponta para a superação dos estratos inferiores de escolaridade, por parcela da PEA com ensino médio e superior completos. Ainda que a relação não seja direta, uma cidade composta por pessoas com maior nível de escolaridade sugere a possibilidade de incorporação produtiva de amplos contingentes da força de trabalho, outrora confinados em atividades de baixa produtividade e renda, favorecendo uma melhor distribuição espacial das atividades. Ademais, a oferta de mão de obra qualificada e escolarizada se mostra como um dos principais ativos de uma região para atração e desenvolvimento de atividades econômicas de maior geração de valor e dinamismo em termos de crescimento.

Outro trunfo da cidade consiste na chamada infraestrutura de conhecimento, ou seja, na presença no território paulista das instituições de formação e de produção de conhecimento, dos centros de pesquisa e dos laboratórios técnicos. A concentração em São Paulo é expressiva – bom para a cidade e ruim para o país. Se considerarmos o total de alunos diplomados em cursos superiores no Brasil, 12% estavam na cidade de São Paulo (2004). Ademais, cerca de um terço dos doutores brasileiros se formou na cidade entre 1996 e 2003. E nada menos que a metade da produção científica brasileira se realiza no Estado do São Paulo, sendo 25% provenientes da USP, cujo maior *campus* se encontra exatamente na capital paulista. A notícia pouco alvissareira é que os indicadores positivos na produção científica ainda não se traduzem em inovação e patentes (a participação do Brasil nas patentes registradas no principal escritório de patentes, o norte-americano USPTO, ainda é baixa – apenas 0,06% em 2008). Esse quadro sugere que embora a cidade de São Paulo conte com ampla infraestrutura de conhecimento e se destaque na formação de mão de obra de alta qualificação, tais indicadores ainda não se traduziram na mesma medida nas atividades de seu parque produtivo.

Outras evidências deste estudo mostram que o processo de reestruturação produtiva resultou também na transformação da geografia econômica da cidade de São Paulo, reforçando sua heterogeneidade territorial, sendo possível distinguir três grandes tipos de áreas.

O primeiro refere-se às áreas que apresentam uma estrutura econômica territorialmente consolidada, como aquela chamada de “centro expandido”, composta pelo seu *core business* histórico e pela área contígua a sudoeste e, mais recentemente, a oeste. Essa área tem mostrado grande dinamismo, impulsionado pela expansão das atividades de serviços e por uma intensa realocação de atividades em seu interior.

O segundo tipo corresponde às áreas em reestruturação, como aquelas nas quais se concentrou o processo de industrialização do município e que estão no perímetro das diagonais norte e sul. Ainda é significativa a importância do emprego industrial nesses eixos em relação ao total do município, embora a atividade manufatureira na capital tenha mostrado capacidade limitada para gerar empregos.

Um terceiro tipo de área é aquela onde há expansão das atividades econômicas, como a zona Leste da capital. Entre 1996 e 2006, ocorreu uma dinâmica locacional de expansão de atividades econômicas nessas áreas, mas tal dinâmica não se revelou eficaz no que tange à desconcentração do emprego.

Do ponto de vista da sua territorialidade, foi o setor de serviços que mais radicalmente alterou os padrões de uso do solo na cidade de São Paulo. Diferentemente da indústria, a dinâmica de crescimento do setor terciário é portadora de uma nova configuração territorial, cujo resultado mais expressivo é uma área chamada “complexo corporativo internacionalizado”. Trata-se de uma centralidade que abarca três polos ligados por grandes corredores metropolitanos – o chamado Centro Histórico, a Avenida Paulista e os eixos do Vetor Sudoeste (Faria Lima, Berrini/Verbo Divino e Marginal Pinheiros).

Ademais, muitas das soluções propostas por este estudo e que são viáveis para o futuro da cidade de São Paulo passam pela necessidade de analisar fenômenos e implementar políticas à luz da noção de macrorregião como conceito dinâmico, fruto da combinação de mudanças socioeconômicas (lógica de fluxos) e lógica territorial, com escalas crescentes (que conectam diferentes escalas: municipal, metropolitana, regional, *mega city-region*, etc.).

Tais achados de pesquisa baseiam-se em uma miríade de fontes de informação que há poucas décadas não existia. Não podemos reclamar de falta de dados para a análise em estudos urbanos, especialmente em relação ao município de São Paulo. Precisamos, sim, de boas questões e criatividade, especialmente para compreender o desenvolvimento econômico da cidade.

Outro avanço nos últimos anos é o diálogo mais intenso entre diferentes áreas do saber e dos pesquisadores com os gestores públicos. A área de estudos urbanos é uma daquelas que pode realmente se dizer interdisciplinar: sociólogos, economistas, geógrafos, urbanistas e – mais importante – os próprios gestores públicos participam da produção de conhecimento sobre a cidade, que, além de nos fazer entendê-la melhor, permite subsidiar políticas públicas mais inteligentes e eficientes, capazes de melhorar a vida da população – enfim, o que realmente importa.

Metamorfozes paulistanas é exemplo desta interdisciplinaridade e do diálogo entre áreas e atores, da academia e da gestão pública, propondo um conjunto de elementos que auxiliam no desafio de se pensar o futuro da capital paulista.

Carlos Eduardo Torres Freire

Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador associado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Professor colaborador da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP). Consultor de planejamento de políticas públicas da Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Flávia Luciane Consoni

Professora doutora do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora associada do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Pós-doutorado em Sociologia (USP), doutorado e mestrado em Política Científica e Tecnológica (UNICAMP), e graduação em Ciências Sociais (UFSCar).